

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:A Formação de Professores para Inclusão Social

Imperatriz -MA

2018

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A Formação de Professores para Inclusão Social

Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade Monografia, apresentado a Direção de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – LCH, da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Ciências Humanas/ Sociologia.

Orientadora: Dra. Betânia Barroso

Imperatriz- MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Dos Santos Silva, Leucivan.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA : A Formação de Professores para
Inclusão Social / Leucivan Dos Santos Silva. - 2019.

55 p.

Orientador(a): Prof.Dra. Betânia Oliveira Barroso.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade
Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

1. Deficiência. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação
continuada de professores. I. Oliveira Barroso, Prof.Dra.
Betânia. II. Título.

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A Formação de Professores para Inclusão Social

Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade Monografia, apresentado a Direção de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – LCH, da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Ciências Humanas/ Sociologia.

Orientadora: Dra. Betânia Barroso

Aprovado em 04 / 01 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Betânia Oliveira Barroso
(Orientadora)

Prof^ª.Msc. Claudia Silva Lima
(1^º examinador)

Prof^º. Esp. Fausto Ricardo Silva Sousa
(2^º examinador)

Eu, Leucivan dos Santos Silva dedico o resultado deste trabalho, em primeiro lugar a Deus Pai, pelo dom da vida. Aos meus pais. Pois é minha fonte de inspiração, ar que respiro, água que me refresca e solo rochoso em qual piso. A meus irmãos, a minha excelentíssima esposa, meus amigos, a pastoral Litúrgica, aos meus professores de maneira especial a minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de misericórdia e infinita bondade que me concedeu Saúde, Paciência, Paz, Força, Coragem, Determinação, Humildade para o desenvolvimento e conclusão deste curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia / LCH.

A minha família, de maneira especial aos meus pais: Nicelson Pereira da Silva, Cicera Maria dos Santos Silva e Minha esposa Izamara de Abreu Lima, meu seis irmãos: Raimundo Geane, Gedeão, Geceglan, Gigeilson, Gleilde, Kerliane.

Aos amigos que deram conselhos admiráveis para o prosseguimento de meus estudos e que acreditaram em meu potencial: José Inácio, Edilene, Janaires Casais e Gildásio de Jesus. A Pastoral Litúrgica, a qual dedico meus trabalhos enquanto cristão.

A todos os professores que compõem o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia. Em especial a minha querida professora Orientadora, prof^a. Dra. Betânia Barroso que teve muita paciência ao logo da construção desta monografia.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo se propõe analisar a formação continuada do professor da Educação Inclusiva da Escola Estadual Governador Archer no bairro Centro na cidade de Imperatriz – MA. Buscando compreender de qual forma se dá a formação inicial e continuada desses profissionais, verificar se o Estado assegura a formação continuada conforme salienta a legislação de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), se os profissionais estão buscando esse processo contínuo de reciclagem e aprendizagem, se estão buscando se adequarem dentro da realidade dos alunos com necessidades educacionais. Verificando também a estrutura física da escola para receber os alunos com suas respectivas deficiências. Pois a partir dessa reflexão será possível perceber se há Inclusão Social ou se o processo acaba se tornando um processo de exclusão. Sobre a metodologia utilizada, foi trabalhado com o método qualitativo, para ser possível perceber a qualidade da formação dos professores e com relação as técnicas que foram entendidas como úteis para este estudo, enfatiza-se o uso da observação simples e a realização de entrevistas padronizadas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação continuada de professores. Deficiência.

ABSTRACT

This study intends to analyze the continuing education of the teacher of Inclusive Education of the State School Governador Archer in the center district in the city of Imperatriz - MA. Seeking to understand how the initial and continued training of these professionals is carried out, to verify if the State assures the continuous formation as it emphasizes the Legislation of Guidelines and Bases of Education (LDB), if the professionals are seeking this continuous process of recycling and learning, if they are seeking to fit within the reality of students with educational needs. Also verifying the physical structure of the school to receive the students with their respective deficiencies. For from this reflection it will be possible to perceive if there is Social Inclusion or if the process ends up becoming a process of exclusion. Regarding the methodology used, it was worked with the qualitative method, in order to be able to perceive the quality of the teachers' training and with respect to the techniques that were understood as useful for this study, the use of simple observation and the accomplishment of standardized interviews .

Key words – Inclusive Education. Continuing teacher education. Deficiency.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Legislação de Diretrizes e Bases da Educação

AEE – Atendimento Educacional Especializado

SEESPE – Secretaria de Educação Especial

SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

MEC – Ministério da Educação

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação

Art – Artigo

URE- Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1. 2 Objetivos:.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Hipótese	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Contextualização Histórica – Educação Inclusiva no Brasil	14
2.2 Formação Docente para a Educação Inclusiva	18
2.3. A organização escolar para receber o aluno com deficiência	26
3. METODOLOGIA.....	33
3.1. Procedimento Metodológico e Instrumentos.....	33
3.2 Definição dos Sujeitos e Lócus de Pesquisa.....	34
4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	46

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a Educação Inclusiva com ênfase na Formação Docente voltado para pessoa com deficiência física. Tendo em vista que a Inclusão de alunos com Deficiência física vem sendo inserido no contexto regular de ensino com base no artigo 59 da LDB, que assegura currículos, técnicas e recursos educativos para uma melhor inclusão social.

A Educação Inclusiva no atual cenário brasileiro conta com uma legislação específica que faz garantir que seja cumprido minimamente o que assegura, zelando assim pela inserção mesmo que de uma minoria. Com base na legislação vigente como iremos mencionar em alguns artigos durante este trabalho, as políticas públicas direcionadas para inclusão estão asseguradas através do tripé: educação, saúde e assistência social, mesmo em algumas situações onde esses direitos são negados, como cita Brasil¹:

“O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL,2008, p.01).

Diante da realidade exposta que a Educação Inclusiva brasileira vive temos a pretensão de – Compreender relação existente entre a formação do professor da educação inclusiva e sua prática em sala para a inserção social do aluno com deficiência física na Escola Governador Archer na cidade de Imperatriz- MA.

Partindo de elementos didáticos pedagógicos buscamos: Compreender como a prática pedagógica do professor ocorre, para o processo de inclusão do aluno com deficiência física; verificar se a prática do Professor da educação inclusiva condiz com o Plano Nacional de Educação Inclusiva; verificar como o espaço físico colabora para a prática pedagógica do professor, favorecendo a inclusão do aluno com deficiência física.

¹ BRASIL. Decreto N° 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br>. Acesso em: 05/12/ 2017.

O Trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução; Justificativa; Objetivos – Geral e Específicos; Hipótese; Metodologia; Fundamentação Teórica abordando os sub - tópicos: Contextualização Histórica – da Educação Inclusiva no Brasil; Formação Docente na Educação Inclusiva; Estrutura Física da Escola brasileira para receber o Aluno com Deficiência Física e Considerações Finais.

1. 2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

- ✓ Compreender a relação existente entre a formação do professor da educação inclusiva e sua prática em sala de aula para a inserção social do aluno com deficiência física na Escola Governador Archer.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Verificar se a prática do Professor da educação inclusiva condiz com o Plano Nacional de Educação Inclusiva;
- ✓ Verificar se o aluno com deficiência física é contemplado com o espaço físico adequado para inclusão;
- ✓ Compreender como a prática pedagógica do professor ocorre para o processo de inclusão do aluno com deficiência física.

1.3 Hipótese

- ✓ Muitos profissionais que trabalham na educação inclusiva, não possuem formação adequada para atender as necessidades dos educandos, o que pode fazer da educação inclusiva um processo excludente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contextualização Histórica – Educação Inclusiva no Brasil

No Brasil a educação vem sendo modernizada, adaptada para suprir as necessidades de cada indivíduo, pois é dever do Estado, o livre acesso à educação de qualidade a todos, independentemente de etnia, cor, sexualidade, classe social, pessoas com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu **Art.58**.

Sublinhamos aqui o foco deste trabalho que é a Educação Inclusiva e a formação de professores para inclusão social, a qual vem sendo trabalhada no Brasil desde o império de Dom Pedro II. Este fundou o Imperial Instituto de surdos e mudos na cidade do Rio de Janeiro, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, que em 1957 passou a ser chamado de Instituto Nacional de educação de surdos e assim começou a ser inserido com base na Lei **839, de 1857**, para inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares.

Esse processo vem sendo trabalhado há muito tempo, passando por vários períodos da história de nosso país, desde o período colonial aos dias atuais, onde o marco histórico deu-se por volta do final do século XIX. Nesse período, chegaram novos conhecimentos em relação à Educação Especial da Europa, inspirados em profissionais que atuavam na área, como os franceses Benjamin Constant e Edouarde Huet, que atuavam como diretores de Institutos para Surdos e Mudos (JANNUZZI, 1985, 2004; MAZZOTA, 2005).

Durante um determinado tempo, a Educação Especial era vista com um olhar voltado para a medicina, como particularidade da saúde e não da educação, pois foi estudado com atenção pelos médicos, especializados em psiquiatria, por volta dos anos 1900. (MENDES, 2010, p.93).

Nos anos setenta foi institucionalizado a Educação Especial, houve uma grande produção em textos legislativos que descrevia o crescimento do índice de reprovação e evasão escolar, foi o que os pensadores vincularam que poderia ser algum problema, chegando a pensar que poderia ser por motivo de algum tipo de deficiência intelectual. (MENDES, 2010, p.99).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegurou a educação de pessoas com deficiência que deveria ocorrer, preferencialmente na rede pública regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado. (MENDES, 2010, p.101).

O Art. 59 da LDB apresenta a garantia nos incisos I e III, que a rede pública de ensino deve assegurar currículos, métodos e técnicas adequados as necessidades específicas de cada discente, como também professores bem capacitados através dos cursos de formação continuada, desde o ensino médio ao ensino superior, para garantir a inserção desses alunos, não apenas no contexto escolar, mas na sociedade como um todo, como segue abaixo:

Art. 59 os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades e; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (LDB, 2017, p.40).

Dando sequência, ainda nos anos de 1990 ocorreu a reforma administrativa que extinguiu A Secretaria de Educação Especial (SEESPE) e a Secretária Nacional de Educação Básica (SENED) que assumiu a responsabilidade de implantar a política de educação especial. (MENDES 2010).

Durante esse período o Brasil passava por constantes mudanças no âmbito educacional, cabendo ao Ministério da Educação, direcionara quem seria a responsabilidade e como deveria ser trabalhada a educação especial, se era de forma terapêutica, assistencial ou de forma educacional.

Surgiram várias secretarias com intuito de desenvolver esse trabalho, porém não foram duradouras, passando a responsabilidade para os municípios, e, transferindo os recursos federais para os fundos Municipais de Assistência Social, para as prefeituras. Por motivo das várias descentralizações que ocorreram nos anos noventa, muitas vezes, eram direcionadas as funções para as instituições filantrópicas que contavam com financiamentos privados (MENDES 2010).

Em meados de 1957 aos dias atuais muitas coisas mudaram no ramo educacional, em relação às pessoas com Necessidades Especiais. Com a necessidade de inseri-los, no sistema educacional de ensino regular, começou a ser trabalhada a Educação Inclusiva, com o intuito de promover uma mudança na

perspectiva educacional, sendo que esse processo educacional não se limita apenas as pessoas com algum tipo de deficiência, mas também para todos os alunos que fazem parte do contexto escolar. Então, podemos nos questionar, como acontece a atuação docente na educação inclusiva e quais são os desafios pedagógicos encontrados pelos professores para que de fato aconteça a Inclusão Social?

De acordo com a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, no seu Artº 2º, fica claro que os “sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, bem como no Artº 7º diz que “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais” deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. Com isso, é essencial uma mudança na prática pedagógica do professor como também na concepção da escola e do seu papel diante da sociedade. (LIMA, 2013, p.384).

Esse modelo proposto traz a discursão referente a dimensão que se dá o contexto da educação inclusiva, onde toda e qualquer escola da área educacional deve sem dúvida inserir todas as crianças que possuem alguma deficiência, seja ela: mental, auditiva, síndrome Down, superdotada e física, o direito a educação de boa qualidade (Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, no seu Artº 2), desde os anos iniciais aos anos finais de ensino, oferecendo assim uma formação continuada para os professores que atuam nesse grupo de pessoas, os quais muitas vezes são negados seus direitos, ou como diz Martinez (2003, p.144) “ Não é o aluno que ajusta-se aos padrões de “normalidade” para aprender, mas é o professor que precisa buscar atender à diversidade de seus alunos”.

Pois em prática o professor irá encontrar diversas situações, com vários casos, uns distintos dos outros, onde este deve estar preparado para dar o feedback para seus alunos.

Em relação à legislação, destaca-se como marco jurídico – institucional fundamental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB:9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996. O objetivo desta foi iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados em educação básica – que abarca a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e ensino superior. (PLETSCH 2009, p.143).

Em relação à formação de professores que atuam na educação especial, as políticas públicas educacionais vêm induzindo as redes/sistemas de ensino brasileiros a se adaptarem ao que determina a “força da lei”, como podemos observar nos indicadores apresentados em documentos oficiais.

[...] em 1998, 3,2% possuíam ensino fundamental; 51% possuíam ensino médio e 45,7% ensino superior. Em 2006, dos 54.625 professores que atuam na educação especial, 0,62% registraram somente ensino fundamental, 24% registraram ensino médio e 75,2% ensino superior. Nesse mesmo ano 77,8% destes professores declararam ter curso específico nessa área do conhecimento. (GUASSELLI 2012, P.01-02).

Assim como determina a legislação o docente, não mas deve conter apenas o nível fundamental ou médio, mas uma exigência para uma melhor qualificação para este profissional, contendo uma formação mínima em nível superior, seja em curso de licenciatura de graduação plena, seja em universidades ou em institutos superiores para poder exercer o magistério como normatiza a (LDB) Art.62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (LDB, 2017, p. 43).

Nesse artigo, a LDB reafirma o ensino superior como nível desejável, apesar de admitir a formação mínima em curso normal para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa deliberação foi confirmada por meio do parecer nº1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado em 19 de fevereiro de 2003, segundo o qual todo professor concursado que atue em turmas de educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental tem assegurado o seu cargo, mesmo que não frequente curso em nível superior (PLETSCH 2009, p.145).

Ou seja, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prático (PLETSCH 2009, p.145).

2.2 Formação Docente para a Educação Inclusiva

A formação docente brasileira na área de educação inclusiva, ainda, é bastante carente. Segundo Guasselli (2012) demonstra que em 1998, havia 3,2% de professores que trabalhava na educação para o processo inclusivo que tinham apenas o ensino fundamental, enquanto 51% dos professores tinham o ensino médio e uma outra parte de 45,7% possuíam formação em nível superior, deixando muito a desejar.

Nessas condições torna-se inviável uma educação de qualidade, pois com base nos dados acima a quantidade de professores qualificados era extremamente insuficiente, pois muitos profissionais que atuam na educação inclusiva, não possuem formação adequada para atender as necessidades dos educandos, o que pode fazer da educação inclusiva, um processo excludente. Nesse sentido segundo Montoan (2006), podemos compreender a educação inclusiva, a partir da seguinte definição:

Educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. (MONTTOAN, 2006, p. 19).

Por isso a necessidade de bons profissionais para poder garantir a inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, a escola deve estar aberta para repensar um novo modelo de inclusão sem qualquer tipo de discriminação, seja qual for a sua origem.

Percebemos então, que são muitas as dificuldades encontradas na Educação brasileira, principalmente, na Educação Inclusiva. Haja visto, que a falta de recursos tanto humano quanto pedagógico é bastante escasso nas escolas públicas do Brasil, como veremos a seguir.

No Brasil, a educação até meados do século XIX, estava direcionada para os filhos dos burgueses, das elites, assim, como poderia ter uma educação de caráter inclusivo? Quanto mais ter uma educação que pudesse estar pautada com o compromisso com os filhos dos trabalhadores? Sendo este considerado “normal”, dentro dos padrões que a sociedade compreende como normal. Quanto, mas o educando que não se enquadrava nesse padrão de normalidade?

Ou uma pessoa que necessita de cuidados educacionais especiais, em contra partida como se encontrava nesse período a formação dos professores que

poderiam estar trabalhando com os alunos que necessitavam de cuidados especiais?

Segundo Martins (2012, p.25), a formação de docentes no Brasil, considerando o fato de que apenas em meados do século XX é que começa o processo de expansão da escolaridade básica no país embora ainda de forma bastante lenta. No que tange à rede pública de ensino, esta expansão se processa, de maneira mais significativa a partir das décadas de 1970 e 1980.

Assim, a educação entendida como normal, oferecida pelos órgãos públicos estava em passos extremamente lentos, em relação a educação para pessoas com necessidades especiais – educação, para crianças ou adultos, que apresentava alguma deficiência, estava completamente reduzida ou era oferecida em instituições específicas, muitas vezes em instituições privadas, sendo inserido um número muito pequeno de alunos com necessidades especiais, como afirma Martins (2012):

No que diz respeito à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais – principalmente aquelas que apresentavam algum tipo de deficiência– até a década de 1970 era, geralmente, realizada apenas em instituições especializadas, atingindo um quantitativo bastante restrito de educandos. (MARTINS, 2012, p.25).

Com o intuito de inserir esse campo educacional no cenário brasileiro foi criado em julho de 1973, um órgão responsável para dar apoio, assegurar, desenvolver um novo horizonte, novas perspectivas para alunos com necessidades educacionais/alguma deficiência, com a nomenclatura: Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC) em nível nacional que tinha o intuito de criar os setores especializados na Secretaria de Educação (MARTINS, 2012, p.26).

Com esta ação, foi possível a implantação de uma Educação que pudesse oferecer um atendimento educacional, especializado, para suprir as demandas de alunos considerados “excepcionais”, sendo inseridos nas escolas municipais e estaduais de ensino. Nasce, nesse cenário as salas de aula chamadas especiais, passando também inserir alunos com necessidades educacionais nas turmas regulares de ensino.

Com a criação da (CENESP/MEC), surgiu outra necessidade no campo da educação voltado para as pessoas com necessidades educacionais especializadas, que foi, uma demanda insuficiente de professores qualificados para atender esse público, em relação a quantidade de alunos que dependia desse atendimento.

Ou seja, havia uma quantidade de quase 100.000 alunos para dar suporte em todo território brasileiro, enquanto se tinha apenas cerca de 14.000 docentes que trabalhavam na área, vale ressaltar que muitos desses profissionais que compõem esses 14.000, possuíam apenas uma formação mínima muito limitada ou muitas vezes não se tinha nem mesmo essa formação mínima, como segue:

Segundo dados da CENESP/MEC, nesse ano, existiam cerca de 13.970 docentes, no Brasil, em exercício no campo da Educação Especial. Destes, 56% apresentavam apenas o nível de 2º grau e 5% eram leigos, embora 46% possuíssem algum tipo de especialização. (MARTINS, 2012, p.26).

Em contra partida:

Em 1974, havia uma quantidade de 96.413 pessoas com tais condições atendidas educacionalmente, em todo país, centrando-se principalmente na faixa etária de 07 a 14 anos (70,66%). Na região nordeste, o quantitativo de alunos tidos como excepcionais atendidos atingia um patamar de apenas 10.721 educandos, que estavam frequentando alguma modalidade educacional. (BRASIL, 1977).

Dentro dessa proporção de alunos para a quantidade de professores, a situação se torna mais crítica quando, o cenário é umas das regiões do Brasil, quando o assunto é educação, o índice é sempre baixo, é o caso do nordeste (MARTINS, 2012, p.26). Como o atendimento estava defasado, muitas vezes era necessário inseri-los (alunos com necessidades especiais) no sistema convencional de ensino, o que nem sempre era uma das melhores alternativas, ou então encaminhá-los para as instituições especializadas da iniciativa privada.

No decorrer da história da educação em meados dos anos 90, surge uma nova configuração que se prolonga até os dias de hoje, que vem trabalhando para inserir todos os alunos de forma inclusiva nas turmas regulares, desde a educação infantil aos anos finais de ensino, seja médio ou superior, ou seja devem ser inseridos: crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais independentes de sua deficiência ou diferença.

Nesse sentido, é dever dos profissionais de educação do ensino regular, nos diversos níveis, inserir os alunos com suas diferenças e especificidades. Por esse motivo, vem sendo trabalhado novas formas de assegurar aos profissionais uma formação em nível superior, não apenas o professor, mas, todos os profissionais que compõem a estrutura educacional. Como assegura a LDB Lei, Nº 9.394/1996, no artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, com formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB, 2017, p.42).

Porém, mesmo com toda essa historicidade que vem ocorrendo dentro do processo educacional, principalmente para a educação enquanto inclusiva é perceptível uma enorme lacuna em relação ao quadro de professores que estão nesse mercado, tem-se uma legislação que assegura, que os professores não podem se limitarem a uma formação mínima, ou como poderá ser percebido mais adiante, o reflexo de uma formação mínima, que muitas vezes nem existe, mas esse profissional permanece em ação em sala de aula como se estivesse habilitado, nesse sentido para que haja uma educação básica enquanto inclusiva ela deve ser:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL,2001, p.25-26).

Por outro lado podemos analisar quase uma real situação, comparando os dados referentes a professores qualificados e não qualificados no ano de 1974, outro levantamento feito mais recente pelo Ministério da Educação (MEC), através do senso escolar feito no ano de 2006, teve um aumento da quantidade de professores, um número bem maior, mas, temos uma grande quantidade de professores que permanecem sem o curso de licenciatura em nível superior e uma outra parte permanecem sem formação alguma, conforme abaixo:

Podemos constatar a existência de 2.629.694 docentes atuantes na Educação Básica, sendo que, destes, 735.628 professores não tem nível superior, segundo o referido senso, podem ser assim distribuídos: 230.518 estão atuando na Educação Infantil; 355, 393 na 1ª à 4ª série e 125.99 na 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental; 23.726 no Ensino Médio. (MARTINS, 2012, p.29).

Enquanto, nesse mesmo período no Nordeste:

Na região Nordeste este quantitativo era bastante significativo, atingindo um total 355.910 docentes sem formação em nível superior (o que corresponde a 48,38% do total de docentes sem formação em nível superior no país), centrando-se mais a sua atuação na primeira etapa do Ensino Fundamental

(173.476 profissionais) e na Educação Infantil (95.581 profissionais). (MARTINS,2012, p.29).

Com base nos dados expostos por Martins, o Nordeste, necessitava e necessita de um incentivo por parte dos governos, para que se tivesse/tenha em caráter de urgência um maior incentivo financeiro, dando ênfase na formação e principalmente na formação continuada dos profissionais da educação, sobretudo na região do Nordeste, mas, o incentivo que deveria/ deve ser implantado era/é de forma ampla, por todo território brasileiro.

A Educação, enquanto Inclusiva está enraizada com bases em portarias e resoluções, afirmando que para ter uma educação de qualidade, é necessária uma formação adequada para os docentes atenderem de maneira diferenciada as necessidades dos alunos, mas para que isso possa ocorrer é, necessário, um outro fator que parte das Instituições de Ensino e das Universidades, pois elas devem se estruturarem de tal maneira que possa oferecer as disciplinas e conteúdos vinculados aos temas nos cursos de licenciatura.

O que ocorre muitas vezes, é que uma grande maioria dessas Instituições de Ensino Superior não demonstram tal compromisso quando parte para este campo de tamanha relevância para inclusão social e quando é oferecido às disciplinas que contemplam a inclusão, acabam sendo ministrada de forma totalmente errônea, atropelada, o que não contribuem para assimilação dos conteúdos que apresentam uma grande importância para os futuros profissionais docentes, conforme aponta Martins:

Especialmente voltada para Educação Especial, foi aprovada a Resolução nº 02/2001, do CNE e da Câmara de Educação Básica, instituído as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, que reforça necessidade de haver capacitação tanto de profissionais do ensino regular, como de docentes especializados para atender, de maneira diferenciada, as necessidades dos educandos. (Art.8, inciso I, apud MARTINS, 2012, p. 30).

Segundo RAMOS MARTINS (2012, p.30, apud MARTINS,2009):

Evidencia-se, porém, que apesar de existência da portaria nº 1.793/94 e das Resoluções do CNE, muitas instituições de ensino superior não se estruturam no sentido de oferecer disciplinas e/ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada, o que não favorece a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades

atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos.(MARTINS. R. 2012, p.30, apud MARTINS, 2009)

Então é necessário que se tenha por parte tanto dos institutos quanto das Universidades que oferecem os cursos de licenciatura, uma atenção especial, quando se trata das disciplinas para inclusão, podendo ser ministradas de forma, mais tranquila, pacífica possibilitando a absorção qualitativa dos conteúdos, para que se tenham profissionais qualificados como exposto por (MARTINS, 2012, p.32), ou seja, para “aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos”.

Outro ponto de suma importância para os profissionais da Educação, após a graduação, são os cursos de formação continuada e aperfeiçoamento, que devem sempre estar acontecendo dentro do viés da Educação regular ou Educação para Inclusão, para que se tenha sempre uma constituição formativa qualificada, porque o processo não se conclui na fase inicial, ou seja:

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade. (MARTINS, 2012, p. 32).

A formação continuada se configura a partir da busca de novas formas de pensar a educação, como dar o devido suporte, as demandas que se configuram no interior das escolas e dos indivíduos que são os protagonistas da educação inclusiva procurando focar as distintas possibilidades que se encontram dentro do processo educacional, verificando assim as práticas dos professores e buscando criar novos locais que possam desenvolver a reflexão sobre esta temática e desenvolvendo principalmente a ideia de que se pode sim, não apenas pensar, mas colocar em prática, ações que possibilitem uma educação inclusiva de qualidade, pois segundo Jesus e Effgen (2012):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as

dimensões coletivas contribuem para emancipação profissional e para a consolidação de um profissional que é autônomo na produção dos seus saberes e dos seus valores. (JESUS & EFFGEN, 2012, p.17, *apud* NÓVOA,1995).

Com base no exposto, o processo formativo do professor, estar para além da quantidade de cursos que um determinado indivíduo possa ter enquanto formação, mas está muito mais direcionada para a capacidade de refletir criticamente as práticas enquanto reconstrução do reconhecimento ou como mencionado anteriormente, em outro momento, a reciclagem contínua, valorizando o saber e a experiência, pois essa formação continuada deve cada vez mais contribuir para o caminho da emancipação do profissional, levando-o a desenvolver uma autonomia do conhecimento dos valores, tanto dentro do contexto escolar quanto fora.

Partindo desse paradigma, é necessário que se tenha sim, uma busca desenfreada pela qualidade no processo formativo desses professores, podendo capacitá-los de tal forma que possam desenvolver de forma crítica o processo de educação, buscando investir tanto na formação inicial, quanto na formação continuada do professor.

Buscando também garantir ao professor o direito ético da formação de qualidade, uma formação que não tenha exclusão, que busque levar em consideração a diversidade específica de cada aluno, pois para se garantir a qualidade no processo formativo, todos que compõem o ambiente escolar devem estar envolvidos levando em consideração os valores éticos de cada profissional, para garantir a aprendizagem de todos os alunos e para isso deve-se assegurar um curriculum escolar, através de ações e práticas políticas pedagógicas para atender às necessidades de aprendizagem de cada indivíduo.

Assim, vale ressaltar o quanto é substancial que os profissionais possam desenvolver durante seu processo formativo, uma reflexão crítica. Que possa lhes auxiliar e proporcionar diversas alternativas para instigar sua autonomia, contendo dentro desse processo a inserção de políticas educacionais que venha fomentar a formação enquanto docente, com embasamento nas legislações em vigor que foram direcionadas para o atendimento das necessidades educacionais.

Como destaca Costa (2012, p. 90): “Quanto a isso, destaca as concepções de formação dos professores e gestores para a diversidade, com destaque para a Associação Nacional pela formação dos profissionais da Educação (ANFOPE)”:

- 1) A formação teórica e interdisciplinar, considerando os fundamentos históricos, políticos e sociais que lhes dão sustentação;
- 2) A Compreensão de teoria e prática, em busca de uma apropriação de saberes que forme para os pensares e fazeres, contrapondo-se à cisão do indivíduo e à formação fragmentada;
- 3) A gestão democrática, transparente, responsável e crítica, como possibilidade de luta contra a constituição de qualquer tipo de ação autoritária e, conseqüentemente, centralizadora e excludente;
- 4) O compromisso social com a formação profissional dos trabalhadores da educação, com ênfase nos aspectos sociopolítico e históricos presentes na concepção revolucionária de indivíduo educador, sem abrir mão, banalizar ou reduzir o atendimento da demanda humana desses trabalhadores;
- 5) O trabalho coletivo e interdisciplinar entre diferentes pensares, saberes e fazeres, ou seja, entre diversas e diferentes subjetividades, como categoria central de nossa atuação política;
- 6) A avaliação crítica e reflexiva permanente, entendida como método de trabalho coletivo, responsável e com potencial emancipador para professores e alunos. (Idem, p. 90).

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – (ANFOPE), traz consigo a diversidade que pode ser encontrada até mesmo, como obstáculos a serem superados. Nesse sentido, a formação dos professores deve oferecer subsídios concretos, da atuação docente, para se fazer uma análise coerente e crítica de seu desempenho, buscando sempre desenvolver a sua autonomia, verificando a sua forma de ensino e, se de fato estar havendo ensino e aprendizagem.

Haja visto que, quando não se consegue fazer o contrário, a autonomia do professor acaba sendo atrofiada e a Educação enquanto Inclusiva acaba se tornado um processo de exclusão, no sentido retirar mesmo o aluno com necessidades educacionais da sala de aula regular de ensino.

Diante desse viés, é possível verificar o despreparo dos professores que estão em sala de aula, contribuindo de forma significativa para que não se tenha uma inclusão escolar, devido ao despreparo para lidar com as diferenças dos alunos, isso infelizmente acaba acontecendo por falta do professor não ter desenvolvido sua própria liberdade para criar novas habilidades e competências para inserir de modo geral tanto os alunos com necessidades, quanto os alunos considerados “normais”, dar um retorno a todos os alunos de uma maneira que todos se encontrem inseridos dentro do processo de ensino e aprendizagem ou seja dentro da inclusão escolar.

2.3. A organização escolar para receber o aluno com deficiência

A pessoa com deficiência vem sofrendo exclusão por parte da sociedade, ao longo da nossa história. Segundo (FUNARI, 2002), se fizermos uma breve análise na história da Grécia Antiga, será possível identificar que não havia aceitabilidade por parte da estrutura social à pessoa com deficiência, devido a sua rigidez militar, pois desde o primeiro dia de nascimento da criança era feita uma reunião com os anciãos, onde realizavam avaliações podendo chegar à conclusão se essa criança teria serventia para o serviço militar ou não.

A partir desse requisito, deveria ser levado em consideração se a criança tinha uma vida forte e saudável, se fosse aprovada dentro dessa classificação seria autorizado aos pais que viesse a criar, caso contrário o menino era descartado, sendo jogado de um penhasco e conseqüentemente morto.

É a mesma ideia apresentada por Platão na obra “A República” e por Aristóteles na obra “A Política”, que faz referência a erradicação de todas as crianças que viesse a nascer com alguma limitação/deformidade, porque acreditavam que essas pessoas eram amaldiçoadas pelos deuses, impuras e se esta por ventura apresenta alguma deficiência não seria possível cumprir obrigações militares. Por isso esse futuro guerreiro deveria ter uma excelente saúde para poder defender os interesses de seus reinos, caso contrário receberiam a morte.

Partindo desse pressuposto é perceptível que a pessoa com deficiência, sempre ficou à margem da sociedade, ao longo da nossa história e nos dias atuais não é diferente, permanecem sendo negados direitos mínimos como o livre acesso de ir e vir. Portanto segundo Araújo e Ferraz (2010) com base na Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência, realizado pela organização das Nações Unidas (ONU), traz o seguinte conceito em seu **Art.1º**, pessoa com deficiência:

São aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ARAÚJO; FERRAZ, 2010, p.04).

Enquanto o conceito de deficiência física, segundo Teixeira (2008):

Uma alteração no corpo que provoca dificuldades na movimentação das pessoas e as impede de participarem da vida de forma independente ou

ainda um distúrbio da estrutura anatômica ou da função, que interfere na movimentação e/ou locomoção do indivíduo. (TEIXEIRA, 2008, p.01).

A partir dos conceitos supracitados sobre a deficiência física, é possível perceber que buscam abordar a ideia de limitação do indivíduo, a deficiência física por assim dizer se trata de um obstáculo que o impede de exercer uma determinada função, mas isso não o impede de desenvolver outras habilidades, até melhor do que muitas pessoas consideradas dentro do padrão pré-estabelecido pela sociedade.

Dessa forma, a promoção de acessibilidade é essencial para dar subsídio a inclusão da pessoa com deficiência, dando a elas o mesmo direito de igualdade social. Assim, a inclusão social depende muito das políticas públicas, mas não se pode deixar de sublinhar o papel fundamental das interações no contexto social.

Ou seja, pois muitas vezes quem vê a deficiência partindo do biológico é o outro, o considerado “normal”, e nesse sentido se deve ultrapassar esse pensamento para iniciar a ver tal situação com um olhar que é possível inserir a esse indivíduo, esse aluno, diante do conceito de “anormalidade”, pois este não é essencialmente menos desenvolvido que os considerados “normais” é uma pessoa, um ser humano, porém desenvolvida de outro modo, como bem compreende VIGOTSKI (1989, apud CUNHA, 2013):

Compreende que a criança, cujo desenvolvimento se tem complicado por um defeito, não é essencialmente menos desenvolvida que seus coetâneos normais, é uma criança, porém desenvolvida de outro modo. (VIGOTSKI, 1989, p.3 apud CUNHA, 2013, P. 6-15).

Então a criança com deficiência pode se desenvolver da mesma forma que uma criança “normal”, desde que se busque outros modos e ferramentas para seu desenvolvimento, porém é necessário que este seja visto com um olhar que também consegue apreender, mas para que possa desenvolver suas altas habilidades nas respectivas áreas do conhecimento. É necessário derrubar o paradigma social de que eles não conseguem, não dão conta, que eles são inferiores, esse tipo de pensamento pequeno, medíocre, retrógrado tem que ser reformulado, tendo em vista a importância do ser humano para além da deficiência.

Ao desconstruir esse pensamento de forma crítica e severa, será possível reconstruir outro modo de pensar a pessoa com deficiência física, com ajuda da coletividade, das políticas públicas, o apoio da família, bem como, o apoio da escola com uma formação continuada de professores de modo processual e contínuo.

Então, entra em ação não “o mais” e nem “o menos” importante, mas o fundamental papel do professor. Portanto, para desenvolver a educação para pessoas com deficiência, devemos nos basear:

[...] No fato de que simultaneamente com o defeito estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito/deficiência e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento da criança e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz. (VIGOTSKI, 1989, p.32, apud CUNHA, 2013, p. 9).

Vigotski abre o leque de como é possível trabalhar a educação com crianças com alguma deficiência/defeito e nas entrelinhas, destaca a importância e a missão que o professor traz nas mãos para superar as dificuldades. É necessário que o professor conheça qual deficiência o aluno apresenta para que possa buscar métodos, estratégias que ajudem em seu desenvolvimento intelectual traçando novas possibilidades de compensação para vencer a deficiência.

Nesse sentido o professor pode sentir-se apto à formar não apenas homens, mas cidadãos e isso só será possível com ajuda do coletivo. Ou seja, todos na direção de construir um novo conceito de deficiência, para agir com um olhar sobre a pessoa com deficiência, não mais como o outro inferior, ou impossibilitado, mas sim, como aquele que pode ser inserido plenamente no mundo da “normalidade”, pois com isso a pessoa com deficiência entenderá que também consegue, que também pode, que também chegará ao lugar almejado. Nesse sentido, quem sabe não estaremos entrando no mundo da inclusão, não apenas escolar, mas social.

Na cidade de Imperatriz- MA, poucas são as escolas que possuem estrutura condizente para receber alunos com alguma necessidade especial. A LDB salienta que é dever do governo manter escolas públicas que atendam a demanda de Educandos com Necessidades Especiais, assegurando assim a inclusão de todos no âmbito Educacional.

O quadro social da população que requer um atendimento diferenciado é preocupante, devido, a grande falta de acessibilidade, tanto nas ruas das cidades como nos estabelecimentos de Ensino. As famílias que têm uma pessoa com necessidades especiais sofrem muito pela falta de apoio do governo e pela baixa quantidade de Instituições de ensino que possam oferecer uma Educação Inclusiva.

Lima (2001) assegura na resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, no seu Art. 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, e oferecer atendimento especializado aos que apresentam necessidades educacionais, como

também assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos.

A Inclusão é um grande desafio para a Educação brasileira, pois às ações governamentais voltadas para inserção de alunos especiais nas escolas anda a passo de tartaruga. Mesmo sendo essa uma necessidade de primeira ordem para todo cidadão.

O processo de Inclusão Educacional vem com o passar dos anos tomando proporção, mesmo de forma lenta e ganhando cada vez mais legitimidade, com o intuito de assegurar a todos uma educação de qualidade. Até aqui foi possível perceber que o processo de inclusão depende de uma série de fatores, dentre elas destacamos: políticas públicas, profissionais capacitados e bem valorizados, que engloba todo corpo escolar, a família e ressaltamos também a parte física da escola. Como bem concorda Capellini e Lopes (2015):

A Inclusão educacional, por sua vez, é um processo em construção e envolve vários segmentos da sociedade, começando pelas políticas públicas de valorização docente e de melhor formação. A formação inicial e continuada de toda equipe escolar é fundamental para que se possa caminhar em direção a uma escola inclusiva, assim como devem ser asseguradas condições dignas de trabalho a todos. (CAPELLINI & LOPES, 2015 p.92).

Pois, no decorrer da história, muitas pessoas acabaram sendo excluídas da sociedade, devido não atender o padrão considerado normal pela sociedade. Essas pessoas eram ignoradas e nem sempre tinham acesso aos espaços públicos, não podendo desenvolver relações, interações sociais, situações essas que as deixavam a margem da sociedade. Por esses e outros motivos foram criadas leis que pudessem inseri-los no contexto social, como a Lei: **Nº 5.296, Art. 1º** que promove a busca pela mudança dessa realidade, como segue:

I - a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;

Enquanto na mesma lei **Nº 5.296, Art. – 8º**, busca a promoção e a garantia a acessibilidade:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios

de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Nesse sentido, a partir dessa lei, a estrutura física dos espaços sociais vêm sofrendo alterações na parte arquitetônica e urbanística, sendo que em espaços públicos e privados tiveram, e ainda, têm a necessidade de se enquadrarem nessas normas vigentes, desde a construção ou reforma, seja de ruas, bancos, praças, igrejas, transportes públicos, dentre outros, e, principalmente a escola, que não atende a essas normas, proporcionais à acessibilidade a todos os alunos, em específico os alunos com deficiência. Com isso, é necessário promover a inclusão e a reorganização da sociedade como um todo.

A Constituição Federal garante o direito de acessibilidade física em todos ambientes, buscando cada vez mais inserir o deficiente de forma que tenha acessibilidade em todos os espaços físicos seja escolar ou não. Garantindo que este possa participar dos eventos e atividades que são oferecidas pela escola, dando - o direito do livre acesso de ir e vir com segurança.

A acessibilidade física busca remover qualquer tipo de obstáculos de determinado lugar, para que qualquer pessoa possa trafegar sem nenhum impedimento de acesso. Porém, muitos desses direitos garantidos por Lei, não passam do papel, pois a grande maioria das escolas, possuem estruturas precárias, completamente distante daquilo que assegura a constituição.

A maioria das escolas oferecem estruturas muito antigas e extremamente limitadas porque quando foram construídas não se pensava em atender as demandas que “iria surgir”, assim, muitos educandos com deficiência acabam sendo inseridos no sistema educacional sem nenhuma estrutura física adequada. Como segue:

A acessibilidade física é um elemento essencial para a legitimação da inclusão educacional, uma vez que sua natureza é garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos espaços, com facilidade, autonomia e segurança, sendo um facilitador para participação de todos nas atividades escolares. A acessibilidade física consiste na remoção de barreiras de um determinado espaço para que todos tenham acesso a ele. As condições de acessibilidade física nas escolas são precárias, principalmente, quanto à presença de barreiras arquitetônicas, visto que muitas construções são antigas, construídas quando o paradigma da inclusão ainda não existia. Além disso, não se considerava a presença dos alunos com deficiência, em classes regulares. (CAPELLINI & LOPES, 2015, p.93).

A falta de acessibilidade é apenas mais uma das barreiras enfrentadas que se pode encontrar dentre tantas outras, é perceptível que muitas escolas não se

enquadram no modelo de acessibilidade, ou seja, não tem capacidade mínima para oferecer uma estrutura física acessível e de forma adequada. Nesse sentido, é necessário que a escola faça uma cobrança aos órgãos responsáveis.

Na mesma direção pode contar com um corpo docente qualificado, para perceber a diversidade de cada indivíduo, pois não há um único modelo de educação, cada escola, cada local tem a necessidade de uma educação específica para a sua realidade. Assim é de suma importância a necessidade de um profissional que tenha uma visão crítica e construtiva a respeito da inclusão para saber como dar um atendimento que venha suprir a necessidade de cada educando dentro de sua realidade de maneira diferenciada e eficaz.

A escola, para trabalhar no eixo da educação inclusiva, se faz necessário desenvolver metodologias de aprendizagem para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, mas também, ela deve conter em sua estrutura, acessibilidade arquitetônica, como também, e principalmente, uma excelente organização pedagógica. Como aponta Costa (2012):

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientado os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado e dos mais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implantação das políticas públicas. (COSTA,2012, p.89).

Dessa forma, verifica-se que a estrutura escolar, para se enquadrar no modelo de escola inclusiva, deve atender uma série de exigências que envolve não apenas o espaço físico, mas contempla toda uma organização, que é redigida pela Constituição Federal, e também, como assegura a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), como mencionado anteriormente.

Ressaltamos mais uma vez que a inclusão educacional se dá a partir da não segregação dos educandos que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Para isso se faz necessário, profissionais bem qualificados, envolvendo todos que compõem a organização

escolar, levando em consideração o fomento das políticas públicas educacionais, a parte arquitetônica da escola, o incentivo da comunidade local e principalmente o apoio da família.

Só assim, se tornará possível uma educação que assegure a qualidade a todos os indivíduos que compõem a escola de forma democrática, seja ele deficiente ou não, mas é necessário que todos busquem criticamente levantar as indagações e exigir dos órgãos responsáveis um investimento de caráter financeiro e recursos humanos para que possa subsidiar e buscar sempre investir na educação, dando a garantia que todos sejam inseridos na sociedade de forma ampla e eficaz.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, enquanto aprofundamento da compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014, p.11).

Nesse sentido, a perspectiva qualitativa de pesquisa possibilita investigar a temática da educação inclusiva na rede pública de ensino como também a formação do professor que trabalha com a educação para inclusão em sala de aula. A opção pela metodologia qualitativa de investigação permite-nos a compreensão da qualidade tanto da formação dos professores que trabalham a educação inclusiva, quanto o processo de ensino e aprendizagem na relação professor/aluno. Assim poderemos analisar de forma sistemática e reflexiva, buscando alcançar nossos objetivos através dos caminhos a serem traçados, como segue:

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.83).

Através da metodologia qualitativa de pesquisa será possível investigar de forma racional, verificando por quais caminhos se devem seguir, identificando os erros que poderão ser encontrados, como também os acertos. Dessa forma, o pesquisador terá um melhor direcionamento de como dar continuidade na pesquisa, até chegar a seus objetivos esperados ao decorrer de sua investigação.

3.1. Procedimento Metodológico e Instrumentos

Enquanto procedimento metodológico, este trabalho realizou-se por meio de observação enquanto técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na detenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.190), em uma escola para jovens e adultos com necessidades especiais educacionais.

Foi utilizada também, a entrevista, enquanto encontro entre duas pessoas afim de que uma delas obtenha informações de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.195).

Essas duas formas de levantamentos de dados deram subsídio e fundamentação para realização dessa pesquisa. Dessa forma, pudemos realizar uma análise mais concreta para chegar ao objetivo esperado, através das informações subtraídas das observações como também das entrevistas realizadas com os indivíduos que compõem o corpo docente da escola.

A observação direta foi realizada na sala de aula e na escola, como um todo. Observando como é desenvolvido o processo pedagógico e a relação entre professor/aluno. Verificando também, se a estrutura física apresenta as características ideais para atender as necessidades básicas dos educandos. Estas ferramentas permitiram a compreensão de como se dá a formação e a relação entre professores e alunos. O material produzido com as observações, entrevistas e diário de campo, foram os conteúdos para as respectivas análises, organizados em relatórios de pesquisa com descrição de campo.

3.2 Definição dos Sujeitos e Locus de Pesquisa

A pesquisa foi realizada na escola estadual: Centro de Ensino Governador Archer que se localiza na cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão, rua Coronel Manoel Bandeira, N°847, no bairro Centro, CEP: 65900-010. Nesta foram entrevistadas quatro professoras: Maria aparecida, Madalena silva, Gardênia da Luz e Paula Silva, elas trabalham com alunos do ensino médio, no contra turno, na sala de recursos, e, a Paula Silva trabalha tanto na sala de recursos quanto em sala regular de ensino.

A escola é estruturada com 13 salas de aula, diretoria, secretaria, 02 salas de recursos, uma para atendimento à Deficientes Auditivos e outra para Deficientes Visuais, uma biblioteca, auditório, refeitório, sala de apoio técnico com brinquedoteca, laboratório de informática, oficina de costura e serigrafia, almoxarifado e uma academia de dança.

Esta escola foi pioneira na cidade de Imperatriz com o trabalho de Educação para Inclusão. Tem um efetivo de 831 alunos, desses 204 são especiais, porém nesse segundo semestre letivo 2018/2, desses 204 matriculados, apenas 11 estão frequentes. A escola trabalha com deficiência visual, mental leve, síndrome de Down, paralisia cerebral, sendo que a grande maioria desse contingente é de surdos.

As professoras que participaram das entrevistas foram: Maria aparecida com formação inicial em Matemática e formação continuada em Atendimento Educacional Especializado – AEE, tem 21 anos de magistério. Madalena silva, formação inicial Pedagogia e formação continuada em Libras, especialização em Educação Especial – AEE e duas especializações em sala de recursos, tem 11 anos de magistério. Gardênia da Luz, formação inicial em pedagogia, formação continuada em especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE, cursos paralelos de Libras, Braile e tem oito anos de magistério e a professora Paula Silva².

Estas atendem no período da manhã e tarde, alunos com as seguintes deficiências: auditiva, visual e deficiência intelectual.

² Os nomes dos professores citados são fictícios segundo a conveniência do trabalho e a não exposição dos referidos.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

As análises das entrevistas foram realizadas a partir da teoria de Bardin, embasado na categorização, pois para Bardin (1977, apud Santos 2011, p. 386) “Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos”. A partir do exposto acima foi possível realizar as reflexões das entrevistas.

As questões das entrevistas foram formuladas com a finalidade de responder os objetivos desta pesquisa. Segue abaixo as questões referentes ao roteiro de entrevistas.

1. Qual a formação acadêmica inicial e quanto tempo tem de magistério?
2. Qual a sua especialização para trabalhar com pessoas com necessidades especiais?
3. Você está constantemente buscando se aperfeiçoar na área de Educação Inclusiva?
4. Qual a sua perspectiva dentro do processo de formação continuada para inclusão?
5. Você se sente realizado trabalhando enquanto professor da Educação Inclusiva?
6. Você acredita que a escola atende os requisitos mínimos para o processo de inclusão?
7. A estrutura física da escola oferece acessibilidade adequada assegurando o livre acesso de ir e vir dos alunos com necessidades especiais em todos os espaços da escola?
8. Os alunos com necessidades especiais interagem usando o mesmo espaço físico dos demais alunos da escola?

4.1. Aplicação das entrevistas e análise dos dados.

O primeiro objetivo específico visa: Verificar se a prática do professor da educação inclusiva condiz com o plano Nacional de Educação Inclusiva;

O segundo objetivo específico visa: Verificar se o aluno com deficiência física é contemplado com o espaço físico adequado para inclusão. Para responder a esses objetivos foram direcionadas as primeiras perguntas.

- Qual a formação acadêmica inicial e quanto tempo têm de magistério?

- Qual a sua especialização para trabalhar com pessoas com necessidades especiais?
- Você estar constantemente buscando se aperfeiçoar na área de Educação Inclusiva?
- Qual a sua perspectiva dentro do processo de formação continuada para inclusão?
- Você se sente realizado trabalhando enquanto professor da Educação Inclusiva?

Na observação de campo e nas entrevistas com as professoras que trabalham com a educação inclusiva na Escola Governador Archer, desde a organização escolar ao acolhimento dos alunos na sala regular como bem salienta a LBD e no contra turno recebem os alunos com deficiência na sala de recursos, fica evidente que as professoras atendem muito bem os requisitos mínimos para que haja uma educação inclusiva. Pois, todas as professoras descreveram “*que têm formação inicial e continuada*” para trabalhar com a Inclusão. Diante dessa percepção, as questões surgiram para compreender qual a formação inicial/tempo de magistério e qual a sua especialização para trabalhar com pessoas com necessidades especiais?

A resposta da professora Maria Aparecida, relata muito bem sua *preparação*: “minha formação inicial foi licenciatura em Matemática, meu tempo de magistério já dura 21 anos”, enquanto sua formação continuada: “*Eu, tenho especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE*”, para professora a formação continuada é, algo de suma importância para oferecer um ensino de qualidade aos alunos com deficiência.

Uma observação que foi possível perceber na fala das demais professoras foi que todas possuem um grau de formação mínima em nível de graduação e formação continuada para trabalhar com a inclusão. As demais professoras têm formação inicial em Pedagogia e formação continuada através do curso de formação continuada oferecido pela Rede de Ensino do Estado do Maranhão, através da Unidade Regional de Ensino, (URE).

As professoras relatam que os cursos oferecidos pela URE são nas áreas “em atendimento educacional especializado – AEE, LIBRAS, Braille e Sorobam³”.

³O Soroban é um instrumento de cálculo matemático, cuja estrutura é provida de hastes metálicas ao longo das quais as contas podem deslizar. AZEVEDO, 2002, p.04.

Dessa forma será possível desenvolver um ensino de qualidade, em que todos poderão participar do processo inclusivo como bem salienta Martins, 2012:

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado por pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade. (MARTINS, 2012, p. 32).

Como explicito, a formação inicial que se dá no campo da graduação é apenas a fase inicial, para que tenhamos professores bem capacitados para lidar com as diversas situações que encontrem em sala de aula. Por isso é de suma importância a formação continuada desses professores, como bem destacado acima, é uma forma de “acordar os princípios de atenção à diversidade”, ou seja, manter a diversidade em nossas escolas e em nosso dia a dia como um todo.

Para a terceira pergunta as professoras foram indagadas a respeito da busca por aperfeiçoamento na área da educação inclusiva. No geral relataram que o Estado tem cumprido com o seu papel de fomento a educação inclusiva e a formação continuada para respectiva deficiência como relata a professora Gardênia da Luz: *“Sim, temos que estar sempre buscando, porque toda hora, na realidade é assim, cada deficiência tem sua especificidade”*, com a fala da professora foi possível perceber também a preocupação de buscar novos conhecimentos para poder atender a diversidade dos alunos.

Pois segundo afirma Lima, (2013):

De acordo com a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, no seu Artº 2º, fica claro que os “sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, bem como no Artº 7º diz que “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais” deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. Com isso, é essencial uma mudança na prática pedagógica do professor como também na concepção de escola e do seu papel diante da sociedade. (LIMA, 2013, p.384).

Com a busca constante de novos conhecimentos pelas professoras e o apoio que vem sendo oferecido para a formação continuada de professores, é possível oferecer uma escolar de melhor qualidade, podendo inserir à todos os alunos com suas respectivas necessidades educacionais.

Assim a escola garante aos alunos a permanência em salas regulares de ensino e no contra turno enviam os alunos com alguma deficiência para a sala de recurso em que é realizada uma espécie de aula de reforço, sendo trabalhadas novas formas pedagógicas para que o aluno venha assimilar conteúdos teóricos junto à prática através do auxílio dos materiais didáticos empíricos que muitas vezes são desenvolvidas por elas mesmo.

Com relação a perspectiva dos professores dentro do processo da formação continuada, nas respostas demonstraram muito ânimo em buscar auxílio para os alunos concluírem o Ensino Médio, e para que não consigam apenas o diploma, mas, para que eles possam participar do mercado de trabalho, como bem colocado pela professora Maria Aparecida: “*tenho como perspectiva possibilitar para os alunos autonomia*” e é essa autonomia que possibilitará, para além da escola, para vida como um todo.

Quando as professoras foram questionadas se eram realizadas ao trabalhar com a inclusão, todas foram unânimes em suas respostas. Através das vozes das professoras é perceptível que a escola desenvolve com as famílias um trabalho muito bom e o próprio professor reconhece o quanto ele é importante para a escola, o aluno e a família, como bem colocado pela professora Madalena Silva: “sim, é muito gratificante, muito bom trabalhar com a Educação Inclusiva. Você percebe no próprio aluno que te valoriza” é por esses motivos que as três entrevistadas demonstram satisfação na sua área de trabalho.

O terceiro objetivo específico visa: Compreender como a prática pedagógica do professor ocorre para o processo de inclusão do aluno com deficiência. Para responder a esse objetivo foram selecionadas as seguintes questões.

- Você acredita que escola atende os requisitos mínimos para o processo de inclusão?
- A estrutura física da escola oferece acessibilidade adequada assegurando o livre acesso de ir e vir dos alunos com necessidades especiais em todos os espaços da escola?
- Os alunos com necessidades especiais interagem usando o mesmo espaço físico dos demais alunos da escola?

A resposta da professora Gardênia da Luz expressa muito bem a forma em que a escola está organizada e compartilha do mesmo pensamento dos demais professores, para receber os alunos com deficiência, pois na visão dela: *“a escola é totalmente adaptada, tem coisas que precisam melhorar, tem, mas ela é uma escola acessível”*. Como bem colocado pela professora a escola é uma das mais adaptadas de Imperatriz, podendo contar com diversos aparelhos que venha dá suporte as variadas deficiências, na escola tem de tudo um pouco, para poder o aluno ter uma experiência mais prática possível.

Na sétima pergunta verificamos se a escola oferece acessibilidades especiais em todos os espaços, segundo a professora Maria Aparecida: *“nós temos aqui na Escola Governador Archer, acesso a todas as repartições, espaços, temos rampas, sinalizações nas portas escrita em Braille, em Libras, nas portas que dão acesso aos cômodos”*. Através das vozes das professoras e confirmado pela professora Maria foi possível perceber a forma em que a escola estar preparada e adequada para receber o título de Escola Inclusiva e o público que compõe o corpo tanto discente quanto docente. Nas falas as professoras relatam que o processo estar acontecendo, mas ainda há muito para melhorar.

A escola estar dentro de um padrão inclusivo com as devidas acessibilidades, já avançou muito, mas com certeza tem muito a ser feito, não apenas na parte física, mas na escola como um todo.

Segundo Capellini e Lopes, (2015):

A acessibilidade física é um elemento essencial para a legitimação da inclusão educacional, uma vez que sua natureza é garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos espaços, com facilidade, autonomia e segurança, sendo um facilitador para participação de todos nas atividades escolares. A acessibilidade física consiste na remoção de barreiras de um determinado espaço para que todos tenham acesso a ele. As condições de acessibilidade física nas escolas são precárias, principalmente, quanto à presença de barreiras arquitetônicas, visto que muitas construções são antigas, construídas quando o paradigma da inclusão ainda não existia. Além disso, não se considerava a presença dos alunos com deficiência, em classes regulares. (CAPELLINI & LOPES, 2015, p.93).

Nesse sentido, a Inclusão e Interação Social na escola vêm acontecendo, com todos que compõe o campo escolar. De certa forma todos são contemplados pela inclusão, que é justamente o processo de inserir todos dentro do processo, independente de etnia, cor, opção sexual, classe social, etc, mas a inclusão não acaba nesse momento, ela pode avançar ainda mais.

Na última questão foi perguntado as professoras se os alunos com necessidades especiais interagem usando o mesmo espaço físico dos demais alunos. Através das observações feitas na escola e do relato das professoras é perceptível que a escola está no processo, pois, há uma relação e interação com todos que compõe a escola.

Assim, segue a resposta da professora Gardênia da Luz “por ser uma escola inclusiva, os alunos que são videntes, ou os que não possuem nenhum tipo de deficiência, eles aceitam e agregam muito bem os demais alunos com deficiência. Por exemplo: temos os alunos com deficiência visual quando eles vão passando por um determinado lugar os demais alunos já vão abrindo espaço para eles poderem trafegar sem impedimento” a fala da professora compartilha do mesmo sentimento das demais.

Então, essa “gentileza” acontece em diversos lugares da escola, no refeitório, por exemplo, a prioridade é da pessoa com deficiência, ou seja a escola vestiu a camisa da inclusão, o processo de inclusão está para além dos muros da escola como bem concorda BRASIL, (2008):

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.01).

Assim, nas falas das professoras ficou claro que o processo educacional inclusivo, contempla à todos, desde os alunos com deficiência aos alunos considerados “normais”, pois como vimos, está sendo “desencadeada em defesa do direito de todos os alunos, de conviver juntos em um mesmo ambiente aprendendo, e participando das atividades ofertadas pela escola sem nenhum tipo de discriminação”, justamente concordando com a fala das referidas professoras e afirmando que a educação inclusiva está acontecendo e precisa conquistar ainda mais espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é um processo que vem ocorrendo desde meados dos anos 1990, o processo ainda está lento, mas foi possível compreender que os profissionais estão cada vez mais, buscando se aperfeiçoar, através dos cursos de formação continuada que vem sendo oferecidos pelo Governo do Estado, através da URE (Unidade Regional de Educação do Maranhão).

É notável que a falta de recursos muitas vezes dificulta o processo, impossibilitando ao professor desempenhar um trabalho com mais qualidade junto aos alunos com deficiência, principalmente a carência de recursos financeiro e o incentivo dos familiares. Acreditamos que o Estado deve disponibilizar mais subsídios, financeiro e humano, para nortear as Escolas Inclusivas, para que haja um atendimento mais eficaz para um maior número de alunos com necessidades educacionais.

Outra vertente de suma importância que requer nossa atenção é, a falta de materiais didáticos-pedagógicos, pois, muitos dos poucos encontrados na escola Governador Archer, foram confeccionados pelos próprios professores. O que vem acontecendo é que quando o professor é direcionado, pela Secretaria de Educação para uma outra instituição de ensino, leva os materiais consigo para a outra escola onde será desenvolvida suas novas atividades enquanto professor inclusivo.

A escola tem um ambiente muito agradável, algumas árvores, as salas com acessibilidades para os estudantes com necessidades especiais, que atende de forma satisfatória, banheiros adaptados com rampas e corrimão, uma quadra com acessibilidade para todos. Nas salas regulares contam também com luzes vermelhas para quem tem deficiência auditiva, informações nas portas em braile para quem é deficiente visual. Os alunos são inseridos todos nas salas regulares de ensino, tendo na sala regular um professor e um interprete de acordo com a referida deficiência, porém no contra turno, os alunos com necessidades educacionais, frequentam a sala de recursos.

Um ponto muito importante também é que na sala regular de ensino, os alunos com deficiência, seja ela qual for, sentam nas cadeiras da frente, enquanto os alunos que não têm deficiência sentam nas cadeiras que compõe a parte de trás da sala. Durante o intervalo os alunos que não têm deficiência sempre demonstram interesse em ajudar, além disso, no refeitório o aluno com deficiência sempre tem

prioridade, sem a necessidade da escola está cobrando que os outros estudantes cedam os lugares nas mesas e cadeiras.

Já na sala de recursos, os estudantes com deficiência, podem contar com muitos aparelhos pedagógicos, mas como já havia citado anteriormente, o governo tem que dar uma atenção especial em relação ao investimento financeiro para que a escola possa manter uma estrutura que garanta a inclusão de todos.

Conclui-se que a Educação Inclusiva está acontecendo de forma lenta, mas está avançando, graças a cooperação do Estado, Escola e família em parceria com os professores que têm a profissão como um sacerdócio e isso acontece principalmente por conta de uma formação mínima, que recebem no ato da graduação e com as formações continuadas, oferecidas pela Secretária do Estado de Educação, através da URE (Unidade Regional de Educação).

Com a ponte realizada através das instituições a Inclusão Social, poderá alcançar ainda mais prodígios, levar alunos seja com deficiência ou não, a alcançar lugares “inesperados”, mas possível sim, de todos chegarem de mãos dadas juntos no mesmo universo, mesmo ambiente e sem fronteiras. Assim, quem sabe, possamos conviver, todos, sem discriminação ou exclusão social.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elizabeth Alice Barbosa Silva de; FERRAZ, Fernando Basto. **O CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEU IMPACTO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS NO MERCADO DE TRABALHO.** In: ____ Anais, XIX Encontro Nacional do CONPEDI. 8841. 2010. Fortaleza – CE. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br>. Acesso em: 20/10/2018.

AZEVEDO, Orlando César Siade de. **OPERAÇÕES MATEMÁTICAS COM O SOROBAN.** Universidade Católica de Brasília, 2002. Disponível: <http://www.ucb.br>. Acesso: 28/12/2018

BRASIL. Decreto N° 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br>. Acesso em: 05/12/ 2017.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9.394/1996 – Brasília: Senado Federal 2017, 58p. Disponível: <http://www2.senado.leg.br>. Acesso: 05/07/2017.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais.** In: III Congresso Baiano de Educação Inclusiva e I Simpósio Brasileiro de Educação Inclusiva: práticas, formação e lugares, promovido pela UFBA, de 30 de outubro a 1 de novembro de 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso: 01/11/2017.

CUNHA, Marcel Lima. Et. al. A Defectologia de Vigotski e a Educação da Criança Cega. **INTA.** Ceará, v.1, n. 2, p. 6-15, jan-jun 2013. Disponível: <https://pt.scribd.com> Acesso: 05/09/2018.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **Formação de Professores para Educação Especial:** Fronteiras entre a Produção do Ensino/Pesquisa e a Prática na Educação Básica. In: IX ANPEDSUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: www.ucs.br. Acesso: 10/11/2016.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Sirqueira. **Formação docente e práticas pedagógicas:** conexões possibilidade e tensões. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso: 10/11/2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br>. Acesso: 10/11/2016.

LIMA, Maria Aldenora dos santos. **Aluno Surdo X Professor Ouvinte:** retrato do processo de inclusão dos surdos na rede regular de ensino do Município de Cruzeiro do Sul-Acre. Disponível em: <http://www.uel.br>. Acesso: 09/12/15.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vista à educação inclusiva.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso: 01/11/2017.

MARTINEZ, Albertina Mitjans; REY, Fernando Luis Gonzalez; FREITAS, Soraia Napoleão; FUNGHETT, Suzana Schwerz e SERIQUE, Jorge Augusto Serique. **Aprendendo a aprender, Componente Curricular Educação Inclusiva.** BR: UNICEUB, 2013. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 10/11/2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve história da educação especial no Brasil.** Revista Educacion y Pedagogia, vol.22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <https://aprendeonline.udea.edu>. Acesso: 10/11/2016.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de Professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa.** Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 25/11/2016.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 26/11/2018.

TEXEIRA, Luzimar. DEFICIENCIA FISICA: definição, classificação, causas e características. In___ **ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA A SAÚDE: da teoria à prática.** Ed. 1ª. São Paulo: PHORTE, 2008. Disponível: <http://www.luzimarteixeira.com.br>. Acesso: 20/09/2018.

APÊNDICES

Perguntas para nortear a pesquisa

Dimensão continuada de professores da Educação Inclusiva

1- Qual a sua formação acadêmica inicial e quanto tempo você tem do magistério?

2- Qual a sua especialização para trabalhar com pessoas com necessidades especiais?

3- Você está constantemente buscando se aperfeiçoar na área de Educação Inclusiva?

4- Qual sua perspectiva dentro do processo de formação continuada para inclusão?

5- Em sua visão o Estado assegura os cursos de formação continuada conforme salienta a Legislação de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)?

6 – Você se sente realizado trabalhando enquanto professor da Educação Inclusiva?

Ponto de vista da estrutura da escola

7 – Você acredita que a escola atende os requisitos mínimos para o processo de inclusão?

8- A estrutura física da escola oferece acessibilidade adequada assegurando o livre acesso de ir e vir dos alunos com necessidades especiais em todos os espaços da escola?

9- Em sua opinião o que dificulta ou falta para um processo inclusivo, mais eficaz?

10- Como os alunos com necessidades especiais interagem usando o mesmo espaço físico dos demais alunos da escola?

Resultados das entrevistas – Escola Governador Archer

I Professora:

1. Bem, minha formação inicial foi licenciatura em Matemática, meu tempo de magistério já dura 21 anos.
2. Eu, tenho especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE.
3. Sim, porque eu atuo na sala de recursos e necessito estar apreendendo para poder estar ministrando aos alunos e estou constantemente ministrando cursos dentro da área da Educação Especial. Como sempre estou ministrando curso de Braille, Soroban, Libras, então sempre tenho que buscar informações atuais para que eu possa estar repassando e uma forma de estar também buscando aperfeiçoamento na minha área.
4. Meu desejo estar, tenho como perspectiva possibilitar para os alunos autonomia, então eu não quero que os alunos encarem o Atendimento Educacional Especializado, como sendo uma bengala que vai precisar dela na vida toda, não, então minha perspectiva que é meu trabalho, meu conhecimento, minha ajuda, é, eu posso tornar indivíduos autônomos, independentes, capazes de atuarem até mesmo no mundo profissional, ter acessibilidade ao mercado de trabalho.

5. Olha, estar acontecendo né, acredito que sim, precisa melhorar muito lógico, precisa, mas também, não podemos dizer que não estas acontecendo, ainda este ano professores, equipes de professores foram enviados para São Luís, para formações. Houve duas formações, uma na área de deficiência visual e outra sobre surdez e para cada uma dessas formações foram encaminhadas dois grupos de professores e eles fizeram isso em três viagens, cada grupo viajou três vezes ou seja teve a duração de três meses uma semana em cada mês e aqui mesmo em Imperatriz a URI, estar oferecendo formação continuada principalmente para professores, mas é aberto para toda rede, alias para a sociedade em geral, para comunidade, oferecemos cursos de libras I,II e III, curso de Braille, Surubam e desde o ano passado estamos oferecendo curso de formação continuada para interpretes, algo que nunca, antes tinha acontecido, finalizamos agora esse mês.

6. Sim, com certeza, eu me sinto sim, é fico até um pouco difícil de explicar, mas a gente uma satisfação, quando ver o progresso do aluno e quando escuta a família, né, a maior prova disso, é quando a gente escuta a mãe dizer pra gente o progresso, daquilo que o filho estar conseguindo fazer, o que ele faz hoje, em comparação do que ele não conseguia fazer antes, a superação dele, me deixa muito realizada sim de escutar isso, isso para me é um reconhecimento, e na escola já fica fila de gente querendo se matricular para o próximo ano e é por conta disso, da qualidade desse atendimento.

7. Sim, acredito que sim o básico sim, nós temos aqui na Escola Governador Archer, é acesso a todas as repartições, espaços, temos rampas, sinalizações nas portas a escrita em Braille, em Libras, nas portas que dão acesso nos cômodos, nos seguimentos da escola, temos os interpretes acompanhando o surdo, professores leitores acompanhando os deficientes visuais, temos cuidador acompanhando os deficientes intelectuais com alguma impossibilidade, temos a sala de recurso para receber no contra turno, todos esses alunados com suas respectivas deficiências, temos professores que não trabalham na educação especial, mas que trabalham de maneira inclusiva especialmente os professores das exatas, como a professora Claudia, professor Lucio, são exemplos de professor que estão preocupados, então os requisitos mínimos sim o máximo não, tem que ter perfeição.

8. Sim, como já respondi na questão sete, temos os banheiros que são adaptados, a largura da porta, temos sinalização quando dar o sinal do intervalo,

mudança de horário, nós temos luzes que dão esse sinal para os alunos com surdez, então sim.

9. Essa questão é bem, mais profunda, acho que o próprio aspecto pessoal, particular de cada um, a própria mente de cada um, é a pessoa se desnudar do preconceito, da discriminação, se revestir da sensibilidade, a questão humana e é o mais difícil, pois atingir o coração do outro, não cabe a você fazer isso, então é algo muito mais forte, mais profundo, que dificulta realmente o modo de pensar de cada um, é a exclusão que tem dentro de cada uma pessoa.

10. A única dificuldade, a deficiência que dificulta um pouco mais é a surdez, mais para isso, esses alunos contam com o acompanhamento dos interpretes, em qualquer momento cultural existe também os interpretes, socializando o que estar acontecendo, os alunos com outras deficiências, ele não são apenas telespectadores, eles tem grandes talentos, nós temos alunos com deficiência intelectual que cantam maravilhosamente muito bem, temos alunos com autismo que tocam e cantam maravilhosamente bem, então eles não são apenas espectadores, eles participam de maneira ativa desses momentos, então a escola possibilita isso.

II Professora:

- 1.** Minha formação é pedagogia e eu tenho de magistério 11 anos.
- 2.** Tenho especialização em Libras, tenho especialização em Educação Especial – AEE e duas especializações em sala de recursos.
- 3.** Não, vou dizer constantemente, por conta do nosso trabalho, que acaba dificultando um pouco esse constate, mas sempre que tem algum treinamento na área, a gente faz o possível para participar, não é constate, tá bom.
- 4.** Acho que a gente tem que avançar muito. Nós temos já um trabalho muito interessante na área de Educação Inclusiva, é um trabalho que eu vejo que a própria URE, tem criado um departamento específico para trabalhar com a educação Inclusiva e assim eu vejo que nós estamos assim né, engatilhando nesse processo, mas ele é um processo que já teve início e a gente vai precisar de um bom tempo para aparar todas as arestas, mas a minha perspectiva é que estamos no caminho, precisamos apenas avançar ainda mais.

5. Eu, vou te dizer assim, que aqui na sala de recursos, não estou a tanto tempo, mas percebi que ao decorrer desse ano de 2018, as meninas que me antecederam elas fizeram alguns cursos, mas acho ainda pouco, a gente precisa de mais cursos, por assim, a LDB, assegura isso para que esse profissional tenha, então acho que são poucos, acho que a gente não tem feito, o Estado ainda estar falhando, tem que dar mais formação.

6. Sim, é muito gratificante, muito bom trabalhar com a Educação Inclusiva. Você percebe no próprio aluno que te valoriza, o aluno ele, sente a necessidade de estar junto desse professor, então nós somos um apoio para ele, isso é muito bom, acho que o profissional da Educação ele sente prazer em poder ajudar, de alguma maneira tirar dúvidas em acrescentar na vida desse aluno, então acho que ser professor é um sacerdócio, ninguém é professor por acaso, ninguém é professor por conveniência, é professor por amar a profissão, se a gente fosse olhar questões financeiras, acredito que o professor hoje, independente da Educação Inclusiva ou não, é aquele professor que tem aquela motivação, esse chamado mesmo.

7. Sim, requisitos mínimos né, lembro que essa questão, por exemplo aqui, demoramos mais foi a questão do cadeirante, porque assim, não tinha rampa, os banheiros não estavam adaptados, mas pelo menos agora, as rampas já foram feitas, mas falta muita coisa, vejo que os banheiros ainda, não estão bem adaptados, não tem ainda aquela sinalização, mas os requisitos mínimos, temos por exemplo aqui na sala de recursos, recebemos alunos com baixa visão, alunos cegos, temos atendimento também com alunos surdos, com alunos com deficiência intelectual, então a escola atende sim esses requisitos mínimos.

8. Não em todos os espaços, acho que ainda falta, o que foi feito até agora foram as rampas mesmo, como já respondido na questão acima.

9. Acho que tudo gira em torno do investimento que o Estado faz na escola. A gente poderia ter uma sala de recursos muito mais aparelhada, muito mais profissionais qualificado, a falta de investimento, isso dificulta, porque nós temos pessoas capazes, pessoas estudiosas, pessoas dispostas, mas a gente fica um pouco preza, pode observar pelo próprio material que temos aqui na sala de recursos, metade desse material foi construído pelos próprios professores, fora aquele professores que foram embora e levaram seus materiais que ele tinham confeccionado, assim diminuiu ainda mais, então acho que dificulta ainda mais é a

falta de investimento do governo de forma geral, mas se formos observa temos muito mais coisas que dificulta.

10. Pela experiência que temos aqui das minhas alunas, alguns alunos meio que se afasta, percebem que elas tem alguma dificuldade e não querem fazer grupo, a professora mesmo diz que na hora de formar grupo elas querem fazerem só elas duas, os outros alunos não aceitam muito bem, isso em sala de aula do ensino médio é comum, eles já tem essa característica de busca seus pares, buscar seu grupinho que tem uma afinidade maior e termina que eu via muito isso na sala de aula, que quando a gente começava organizar grupo, ninguém queria ficar com o surdo, por que com o surdo a dificuldade é muito maior, tem que ter interprete para poder explicar a parte dele no trabalho, na hora de apresentar se a interprete não tiver, então é um problema, os demais alunos querem facilitar a vida deles ao máximo, quando tem algum aluno com alguma dificuldade eles ficam um pouco mais na defensiva.

III Professora:

- 1.** Minha formação é pedagogia pela UFMA e tenho oito anos de magistério.
- 2.** Depois do curso de pedagogia, fiz especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE, fora isso fiz alguns cursos paralelos, fiz Libras, Braille e cursos complementares que a gente faz via internet de recursos para trabalharmos na sala de recursos.
- 3.** Sim, temos que estar sempre buscando, porque toda hora, na realidade é assim, cada deficiência tem sua especificidade, então quando na sala a gente atende aluno DI, baixa visão, daw, cada um tem uma característica, uma especialidade que a gente tem que estar trabalhando, então para eles, quanto mais nós estivermos nos especializando fica melhor para trabalhar com eles e facilitar muito mais o nosso trabalho, as vezes o trabalho aqui na sala tem que ter muita criatividade, as vezes nem sempre só usar os recursos tecnológicos resolve e nem mesmo facilita, tem que utilizar matérias construídos por nós, o material concreto, pois eles precisam estarem pegando para abstrair , no caso dos meninos com deficiência visual o material concreto para eles é fundamental, já para outros não serve, serve mais a oralidade. Cada uma das deficiências você vai se especializando e buscando se aperfeiçoar.

4. A escola trabalha em uma perspectiva construtivista, de sempre estar buscando agregar a realidade dos alunos dentro do processo de formação. Então a gente acaba que no nosso planejamento agregando essa perspectiva e buscando estar aprimorando, levando a concepção a realidade deles, porque não é só a realidade que a escola quer, como são alunos com deficiência a gente tem que saber alinhar, agregar o que de fato é o melhor, porque nem sempre o que temos como perspectiva de formação da certo para ser aplicado com o trabalho com aluno com deficiência, então temos que estar voltado para questão de agregar, se eu trabalho de forma tradicional ou na perspectiva construtivista, não tem como a gente não voltar e se remeter ao trabalho tradicional, porque o aluno vidente é muito diferente a forma de como você fala, para trabalhar com ele você trabalha conceito o que é comum da sala de aula regular, assim trabalhando conceitos ele consegue me compreender muito bem, já no trabalho com alunos com deficiência, não só a visual, mas auditiva, DI, eles tem dificuldade em compreender a concepção de conceitos, então eu preciso trabalhar conceito e ao mesmo tempo trabalhar a mesma coisa de forma concreta, para que eles consigam abstrair do concreto a compreensão do conceito, por fim temos que buscar desenvolver uma perspectiva que melhor o aluno com deficiência venha compreender.
5. O Estado oferta sim, desde 2016 temos tido bastante formações, principalmente para quem é de São Luís, eles tem muito mais formações do que quem está no interior, então no ano passado 2017, tivemos dois momentos para irmos para São Luís, as pessoas que fazem parte da sala de recursos que estão no interior foram para lá para formações específicas, congressos, oficinas, dentro de cada deficiência. Cursos oferecidos na área de surdez e deficiência visual, esse ano também já tivemos, então aqueles que não vão, que não podem ir aqui de Imperatriz, nós temos interpretes e outros profissionais da área, então o que é feito quem vai para capital, ao voltar replica a formação aqui, nós temos um núcleo de formação educacional especializado aqui na cidade organizado pela URE que trabalha as formações específicas, inclusive essa semana, na segunda-feira tivemos uma formação nesse sentido, mas o Estado tem investido sim em formação continuada, bem pontuais, dentro de cada deficiência uma formação e também tem trazido informações gerais de como trabalhar com esse aluno, como

receber esse aluno, de como funciona o processo de inclusão, então temos tido sim.

6. Sim, gosto, gosto de mais, é um trabalho prazeroso, tem horas que dar um pouco de trabalho porque você tem que ser criativo e nem sempre a criatividade vem, dependendo do que você estar trabalhando, mas eu gosto do que faço e me considero realiza sim e é bom trabalhar com os meninos porque, não tem como agente acaba se apegando de mais a cada um dos alunos, sou muito apegada com os alunos até porque são poucos, então acaba que é criado um vínculo muito grande, tanto com os alunos, quanto com a família.
7. Sim, atende. Porque o Governador Archer, é uma escola do Estado totalmente adaptada, tem coisas que precisam melhorar, tem, mas ela é uma escola acessível, temos sala de recurso, que dentro de Imperatriz, a nossa sala é a mais equipada, temos muitos jogos, computadores adaptados disponíveis para os alunos, temos os equipamentos disponíveis para quem tem deficiência visual que trabalham com o braile, temos impressora em braile, temos uma escola espaçosa, ampla, temos os profissionais que tem capacidade de trabalhar as deficiências visuais que é o braile, deficiência auditiva a Libras, a escola tem placas informativas em braile, quando toca o horário temos o som para os ouvintes e acende uma luz para a pessoa surda, os banheiros são adaptados, a escola tem acessibilidade, rampas por toda escola, para o deficiente físico, então a escola atende sim, os requisitos básicos.
8. Sim, como já respondido na questão anterior.
9. Na realidade, no todo é mais investimento mesmo, do próprio governado nas salas de recursos, porque aqui temos sorte, essa sala é uma sala bem equipada, a escola é bem adaptada, mas temos escolas que não são, as vezes, temos muitas salas de recursos que muitas coisas são elaborada pelo professor, em termos de equipamentos, essa parte muitas vezes é ausente, assim, falta um pouco mais de informações dos professores do ensino regular, para eles compreenderem um pouco mais como funciona o processo inclusivo, quando falo do processo inclusivo, não estou falando apenas do aluno, mas do todo, todos fazem parte do processo inclusivo e em relação com os alunos com deficiência, até para identificar qual o tipo de deficiência, não é fácil, imagina para identificar o tipo de deficiência sem o professor tem formação alguma, fica mais difícil, então falta essa formação continuada para eles.

10. Aqui, como já é uma escola reconhecida, por ser uma escola inclusiva, os alunos que são videntes ou os que não possuem nenhuma deficiência, eles aceitam e agregam muito bem os demais alunos com deficiência. Por exemplo: temos os alunos com deficiência visual quando eles vão passando por um determinado lugar os demais alunos já vão abrindo espaço para eles poderem trafegar sem impedimento, ou seja eles já sabem, a disposição deles em sala também, todos os que tem alguma deficiência sentam na frente, tem o interprete na sala de aula, então a escola vem trabalhando com os demais aluno que essa situação de convivência é normal, na hora do intervalo, quem tem deficiência tem prioridade espontânea no refeitório para ocupar as mesas, cadeiras, assim, é muito natural, com relação as atividades da escola tivemos uma gincana e eles escolheram uma pessoa com deficiência para participar respondendo às perguntas e todos vibravam, todo corpo docente ficaram surpreso da naturalidade de escolha por parte dos outros alunos, pois o normal seria escolher uma pessoa sem deficiência, mas escolheram um aluno D.I, com muita naturalidade, viram que ele estava preparado. Então é um ponto positivo aqui da escola, a inclusão estar acontecendo os alunos respeitam a pessoa com deficiência aqui.

VI Professora: (SURDA) Transcrição com ajuda de uma professora ouvinte.

1. Minha formação é Pedagogia e tenho 4 anos de magistério.
2. Não, apenas a graduação em Pedagogia, iniciei duas especializações, uma para o ensino superior, mas não terminei o curso por falta de interprete em sala e fiz outra em Educação Inclusiva, mas não terminei porque tive filhos e outras problemas pessoais, mas agora vou tentar é o mestrado.
3. Fiz vários cursos em Educação Inclusiva, Educação de Surdo, já participei agora recente de curso para Surdos – bilíngue, em Brasília.
4. Na minha opinião, o ensino deve ser separado entre surdo e ouvinte. A escola inclusiva tem muitos deficientes: deficiente visual, mental, etc, mas o surdo é diferente, porque o professor ensina, a sala toda ouve, mas o surdo por exemplo, tem uma outra língua, ele não consegue falar do mesmo jeito do ouvinte, aí não é inclusão no caso do surdo, mas é obrigado, é lei, tem que incluir precisa do interprete dentro da sala de aula para ajudar e o processo acaba sendo dificultado e não havendo a inclusão.

5. Mais ou menos, falta muita coisa.
6. Sim, sou surda e amo trabalhar mais com o surdo, o ouvinte precisar conhecer mais ela enquanto surda. Na minha visão o surdo não tem representatividade, então o ouvinte quando sabe que sou professora fica admirado: Nossa! Ela é surda e é professora. Os alunos ouvintes acham muito difícil LIBRAS, mas como é uma disciplina da escola obrigatório, eles vão ter que aprender Libras.
7. Verdadeiramente não. Parece Inclusão, mas não acontece de fato. Se o professor da sala de aula regular que ensina tivesse mesmo a consciência de incluir né, mas o professor as vezes, não entende, não quer saber aí acaba se omitindo ao processo de inclusão, o professor não conhece e por não conhecer acaba não entendendo, então o professor regular precisa buscar, abrir a mente e conhecer mais sobre a inclusão.
8. Sim, oferece. Temos acessibilidade para o deficiente visual, os banheiros para pessoa com deficiência física – o cadeirante, assim tem acessibilidade, mas com certeza falta mais, falta muita coisa para o processo de fato acontecer.
9. Falta professores que treinem, que saibam, que sejam fluentes que ensinem apreender mais, que trabalhe muito com o visual, que incluam de fato na escola, mas espero que no futuro vai melhorar, mas agora, ainda estamos em fase de desenvolvimento, tem, mas falta muitas coisas ainda, o que temos conquistado é muito pouco, precisamos avançar mais, a luta continua, a luta não vai acabar nunca.
10. É ruim. Não tem muita a interação, o ouvinte não quer ouvir a opinião do surdo, eu sei como é difícil, eu tive que apreender a oralizar para poder se comunicar, poder trabalhar, porque as outras pessoas não entendem nada, precisa da disciplina obrigatória para os alunos apreender e melhorar a comunicação. No início era ruim, porque falta muito o que torna o processo muito difícil, o ouvinte não quer se comunicar com o surdo.